NOSSO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

(72)

A ANTIGA CASA DA CÂMARA E CADEIA DE CAICÓ

*Exibida 3
08/03/92*

Jeanne Fonseca Leite Nesi

Arquiteta e Diretora do Centro de Documentação Cultural da Fundação José Augusto

No dia 31 de julho de 1788, o desembargador Antônio Felipe Soares de Andrade Brederode instalava a Vila Nova do Príncipe, localidade até então denominada de Povoação do Caicó. Naquela ocasião foi também empossado o primeiro Senado da Câmara, sob a presidência de Antônio da Silva e Souza.

Passaram-se vinte e quatro anos, até que o Senado da Câmara da Vila do Príncipe conseguisse obter um prédio condigno, destinado a nele funcionarem a Câmara e a cadeia pública. Como era de praxe à época, os presos ficariam no andar térreo, ocupando os senhores vereadores o andar superior.

No dia 10 de maio de 1812, o capitão Tomás de Araújo Pereira (o 3º do nome) entregou ao Senado da Câmara da Vila do Príncipe, as chaves da casa destinada àquela finalidade acima mencionada. O edifício foi construído com contribuições da população e oficiais das ordenanças, nada tendo custado à municipalidade. Como recompensa pela doação,

os que haviam contribuído para a obra — com dinheiro ou trabalho — teriam o direito de não pagar carceragem, se alguma vez fossem recolhidos à cadeia pública!...

Tomás de Araújo Pereira (1765-1847) viveu no Acari, onde era abastado proprietário rural. Em 1824, Tomás viria a governar a província do Rio Grande do Norte, da qual foi o seu primeiro presidente, após a Independência, nomeado pelo Imperador Pedro I.

Tomás de Araújo foi um homem que marcou época no Seridó, dele contando-se inúmeras anedotas, muitas delas narradas pelo dr. Manoel Dantas (Homens de Outrora). Uma dessas anedotas acha-se publicada no jornal A REPÚBLICA, edição de 7 de junho de 1917:

“Reza a tradição que Tomás de Araújo, o sertanejo patricio que se celebrou pela lucidez de sua inteligência, a rijeza do seu caráter e sua disciplina de palmatória de ferro, por ocasião da seca que devastou o sertão do Rio Grande do Norte, mandou guizar e comeu um urubu, como penitência e para dar exemplo à pobreza. Não consta que o exemplo fosse imitado: e a pobreza preferiu

morrer de fome a saborear o extravagante petisco”...

A antiga Casa da Câmara e Cadeia de Caicó é uma edificação de relevante valor histórico e arquitetônico, representando um dos poucos exemplares de tais construções, ainda existentes no Estado. O prédio está situado na rua Amaro Cavalcanti, antiga rua da Cadeia.

O prédio apresenta partido de planta retangular, desenvolvido em dois pavimentos, com cobertura de duas águas. Na fachada principal, um beiral arrematado por cornija, havendo também duas portas assentadas em vãos de vergas retas, superpostas por duas janelas rasgadas com vãos de arcos abatidos. Todas as esquadrias possuem grades de ferro e cercaduras de massa. Um portão lateral protege do exterior a escadaria que dá acesso ao pavimento superior. O prédio possui um quintal traseiro, delimitado por um elevado muro.

O interior da edificação sofreu algumas modificações, com a finalidade de adaptá-lo à sua atual destinação, de Museu do Seridó, sem que isso trouxesse prejuízo à sua feição original. O prédio conserva a tijo-leira antiga no piso e tabuado

no pavimento superior.

O Museu do Seridó foi fundado em 1º de maio de 1966. Seu acervo é constituído por peças de arte doadas pelo bisco diocesano de Caicó, dom Heitor Sales, além de mobiliário austríaco, coleção de material construtivo e objetos típicos da região, doados pela população local, tais como porcelanas, máquinas de costura e de fiar, relógio solar, pilão, lampadário, moedas e fotografias.

A iniciativa de instalar o Museu do Seridó naquele precioso exemplar arquitetônico, deve-se à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, através do seu Campus Avançado. Tal utilização assegurou uma melhor conservação do prédio, subtraindo-o ao abandono.

O Museu do Seridó necessita de um novo estudo de distribuição do seu acervo, adequando-o às mais modernas concepções museológicas.

FONTES: Informações cedidas pelo pesquisador Olavo de Medeiros Filho; Cadastro do Inventário dos Bens Culturais do Rio Grande do Norte, realizado pela Fundação José Augusto, em 1987; outras pesquisas pro-cedidas pela autora.